



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

SCS, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º Andar
70308-200 – Brasília – DF
(61) 2027-3014

PAUTA

RESUMO EXECUTIVO DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO-CNDI

Local: Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/PR – Plenária – 10º andar

SCS – B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A

Data: 25 de outubro de 2016

Pauta:

- Aprovação da pauta;
- Informes da Presidência do CNDI e da SEDH;
- Aprovação da pauta;
- Informes da Presidência do CNDI e da SEDH;
- Participação da Deputada Leandre Dal Ponte;
- Nota Técnica, criação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Aprovação do Pleno para o Envio de Manifesto contra a PEC 241/2016 e sobre a desaposentação (aprovada, com registro de restrição em contrário a manifestação do conselheiro/MJC e do conselheiro do MPOG).
- Informes Gerais.
- Leitura e aprovação do Resumo Executivo R.O nº 83;
- Aprovação do relatório – Biênio – 2014/2016;
- Informe da Comissão de Normas referente (Percentual de pagamento por idoso/ILPIs);
- Informe da Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso (Edital);

- Informes gerais;
- Entrega da Diplomação;

Estiveram presentes na reunião:

- **Conselheiros representantes da sociedade civil:** Bahij Amin Aur (Ordem dos Advogados do Brasil-OAB); Claudia Maria Bere (Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência-AMPID); Crismédio Vieira Neto (Pastoral da Pessoa Idosa-PPI); Elenilson Silva Souza (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase-MORHAN); Eptácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Freddy Alejandro Solorzano Antunes (Associação Nacional dos Defensores Públicos-ANADEP); Maria Lúcia Secots Filizola (Pastorla da Pessoa Idosa-PPI); José Aureliano Ribeiro de Vasconcelos (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas-COBAP); Luiz Legnãni (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas-COBAP); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (Conselho Federal de Serviço Social-CFESS); Maria Coreti dos Santos(SINTAPI-CUT); Maria Cristina de Araujo Sakaki (Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP); Maria Leitão Bessa (Associação Brasileira de Alzheimer-ABRAZ); Maria Lúcia Santos de Moura (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG); Marília Celina Felício Fragoso (Associação Nacional de Gerontologia do Brasil-ANG); Naira Dutra Lemos (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-SBGG); Sandra Rabello de Frias (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia-SBGG); Tatianna Galeckas Marques (Confederação Nacional das Instituições Financeiras-CNF); Tereza Rosa Lins Vieira (Associação Nacional de Gerontologia do Brasil-ANG); Veronica Tomsic (Serviço Social do Comércio-SESC).
- **Conselheiros representantes do poder público:** Camila Salvador Cipriano (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA); Cláudio Luiz Pinheiro da Silva (Ministério da Educação); Cristiana S. Guimaraens (Ministério das Cidades); Elizabete Bonavigo (Ministério da Saúde); Fernando de Lima Santos (Ministério da Justiça e Cidadania-MJC); Roberto Endrigo Rosa (Ministério do Planejamento).
- **Coordenação do CNDI:** Ana Lúcia da Silva (Coordenadora-Geral do CNDI); Luma Bittencourt (Recepcionista) Priscila Gonçalves (Recepcionista).
- **Participantes convidados:** Alexandre Eurico (CGDI/Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Antônio Gil (Citroen); Genilson de Souza Frazão (Partido Verde-PV); Leandre Dal Ponte (Dep. Federal/PV/PR); Livia Rospantini (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas-COBAP); Maira Coelho Silva; José Veríssimo da Silva; Marcos Vasconcelos (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa/CIDOSO); Maria Cavalcante Vicente

(CGDI/Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH); Mariel Mayer Pilarski (Assessora/Dep. Leandre-PV).

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) cumprimentou todos e todas, leu a pauta, e solicitou a inclusão na pauta da apresentação sobre o envio do Manifesto contra a PEC 241/2016 que congela por vinte anos os recursos destinados para a saúde, a educação, a segurança pública e os programas sociais. Ele disse que o CNDI precisa se posicionar sobre a PEC 241, ele colocou em votação a inclusão da discussão sobre Manifesto na pauta e foi aprovado com uma reprovação. Informou a presença da Deputada Leandre Dal Ponte, e pediu que todos (as) conselheiros (as) se apresentassem para que ela tivesse conhecimento da representação do CNDI. Depois das apresentações dos conselheiros (as), ele passou a palavra para a Deputada Leandre Dal Ponte.

Leandre Dal Ponte (Dep. Federal/PV/PR) cumprimentou todos e todas, agradeceu a oportunidade de participar da reunião do CNDI, saudou o presidente, Luiz Legnãni, parabenizou a todos (as) Conselheiros (as) pelo trabalho desempenhado ao longo desses anos, e fez um agradecimento especial a Ana Lucia, (Coordenadora-Geral do CNDI) pela ajuda e auxílio prestado nessa trajetória. Ela falou sobre a sua trajetória e que exerce o cargo de deputada pela primeira vez. Disse que ao mesmo tempo em que fica preocupada com algumas coisas, decepcionada com outras, também sente muitas alegrias, e uma delas é poder estar no momento certo e no lugar certo. É importante estar vendo pessoas de bem discutindo políticas públicas, e lutando para que estas boas políticas não desapareçam. Quando ingressou na Câmara dos Deputados, começou a fazer parte da frente parlamentar mista do envelhecimento ativo, achou extremamente positiva essa iniciativa porque congrega senadores e deputados. E ainda falou, que desde cedo convive com uma idosa, a sua minha mãe, ela é a última filha de onze irmãos, e a mãe está a beira dos noventa anos. Ela olha para a sua mãe e pensa que isso é uma grande vitória, para uma pessoa que teve tantas dificuldades e tantos desafios, estar viva nessas alturas e na condição que ela se encontra, é uma grande conquista. O Brasil precisa se preparar para o envelhecimento da população, acha que já está atrasado. Pois em poucos anos será o 6º país com maior número de idosos. Fala ainda, que objetivo principal da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa é lutar pra que os direitos da pessoa idosa sejam cumpridos, se precisar fazer alguma adaptação, alguma correção na lei, será feito para garantir o que está escrito na Constituição Federal. Ela comentou que na qualidade de vice-presidente da Comissão da Pessoa Idosa gostaria de convidar a todos os conselheiros (as) para participarem e fazerem sugestões. Ela disse que fez indicação para a criação da Secretaria Especial da Pessoa Idosa para o Presidente da República e para o Ministro da Justiça e Cidadania, porque viu que era uma das deliberações da IV Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Falou ainda, que está a disposição do CNDI e tem

certeza que o mandato dela poderá ser ainda melhor, se receber cada vez mais a contribuição dos conselheiros (as).

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) agradeceu a Deputada Leandre pela contribuição na criação da Secretaria especial de Direitos da Pessoa Idosa. Foi ainda, apresentada e lida a Nota Técnica que foi enviada ao Ministro da Justiça e Cidadania afirmando a necessidade de previsão de estrutura e pessoal para essa Secretaria.

Leandre Dal Ponte (Dep. Federal/PV/PR) agradeceu, inclusive pela Nota Técnica, e falou que é muito bom quando tem alguma indicação respondida, é sinal que está caminho certo. Comentou que fez um encaminhamento solicitando estrutura mínima necessária para que a Secretaria possa começar a funcionar e vai pedir, novamente, ao Dr. Marcos Vasconcelos que acompanhe de perto. Ela acredita que no futuro vai ser uma Secretaria de grande protagonismo dentro do Governo Federal, porque vamos lutar pelo envelhecimento ativo.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** passou a palavra para o Sr. **Marcos Vasconcelos** (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa/CIDOSO).

O Sr. **Marcos Vasconcelos** (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa /CIDOSO) cumprimentou todos e todas, e falou da importância da criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Quem trabalha com o Legislativo sabe da importância da criação de uma comissão para tratar de um tema importante, que passou a ser prioridade.

Leandre Dal Ponte (Dep. Federal/PV/PR) agradeceu a todos os membros da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência-AMPID pela ajuda na questão da criação da CIDOSO, quanto na criação da Secretaria Especial de Direitos da Pessoa Idosa.

A conselheira **Claudia Beré** (AMPID) agradeceu as palavras dirigidas a AMPID e comentou que serão enviadas a todos os membros. Parabenizou a deputada Leandre pelo que tem feito em prol das pessoas idosas e também, pela criação da Secretaria. Quando a gente trabalha com assuntos novos, a gente tem muita dificuldade, mas tem o desafio recompensador, porque tem todo um campo de oportunidades para renovar, e isso é muito interessante. Estamos tendo um aumento galopante do percentual de idosos, sendo necessária a criação de políticas específicas voltada para esse segmento. Ela falou do desafio de efetivar tudo que está previsto na legislação, pois já existe boas leis e muitas políticas realizadas. Mas, ainda tem ações que estão apenas na lei, ainda não foram implementadas, outras já vigoram, mas não conseguem abranger todas as pessoas que delas necessitam, também precisam ser

ampliadas. Precisamos de apoio para a ratificação da Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa, esta pauta, parece que, ainda está no Ministério das Relações Exteriores, mas nós estamos cobrando que seja enviada, o mais rápido possível, para o Congresso. Precisamos possibilitar acesso dos idosos a moradia, porque muitos ainda não tem a casa própria. Temos que viabilizar o financiamento dessa moradia, a aquisição de uma unidade habitacional financiada, tem o seguro obrigatório para ser pago, a SUSEP tem uma portaria que diz que a soma da idade da pessoa que adquiriu o financiamento, não pode exceder oitenta e cinco anos. Ou seja, para financiar em trinta anos, a pessoa pode ter no máximo cinquenta e cinco anos de idade. A SUSEP tirou da restrição do percentual de 3% que está previsto na lei, se aumentarmos para 10% na lei, tem que aumentar o mesmo percentual na portaria da SUSEP. Além da moradia, é importante ter políticas de apoio ao idoso que está em casa, ou seja serviços domiciliares, de apoio ao idoso e a família que cuida dele em casa.

O conselheiro **Elenilson Silva** (MORHAN) falou do importante papel que os conselheiros têm dentro do CNDI. Disse que todos tem a responsabilidade de assegurar a execução das políticas e também possibilitar mais avanços. Ele parabenizou a deputada Leandre por destacar a responsabilidade que o governo tem de executar as políticas públicas voltadas para o idoso, e o CNDI, como sociedade civil, tem o papel importante de acompanhar a execução dessas políticas, e fazer as correções necessárias, quando for necessário.

A conselheira **Maria Leitão** (ABRAZ) pediu o apoio da deputada Leandre para ajudar a fortalecer o Projeto Demência no Brasil. Já foram efetuados diversos encontros com os líderes americanos, que possuem plano de demência para discutirmos o assunto. O Brasil ainda não conseguiu avançar nesse plano, para ser constituído precisará de uma comissão que trabalhe toda parte de cognitiva, entrando na saúde mental. A Associação de Gerontologia, Geriatria, e a ABRAZ lidam com todas as demências, Alzheimer e doenças similares.

A conselheira **Sandra Rabello** (SBGG) comentou que ela e a conselheira **Maria Leitão** (ABRAZ) estão querendo encaminhar essa questão a respeito da demência para a deputada Cristiane Brasil, pois que está conduzindo a criação da Política Nacional do Cuidado e tem haver com a pauta. Falou que o Rio de Janeiro tem um grupo que acompanha os debates sobre a questão do cuidado, inclusive sobre a formação do cuidador de idosos, que lá a questão foi legalizada. Falou também, sobre a preocupação com a qualidade do ensino ofertado pelas escolas que estão formando cuidadores da pessoa idosa. Ela comentou que muitos cuidadores de idosos são desinformados acerca do cuidado e de como as famílias ficam desorientadas quando recebem o diagnóstico de demência. O crescimento populacional da população idosa traz como consequência, o aumento da perda de capacidade,

a diminuição da capacidade funcional, a demência, com isto está vinculado a falta de conhecimento dos familiares para tratar do assunto.

A **Cristina Sakaki** (AMPID) comentou que a aplicabilidade, a efetividade e a fiscalização, essa é realmente a questão de uma política pública. As pessoas idosas, tanto no âmbito da saúde pública, como na saúde suplementar e planos de saúde, dorme com o plano, e de repente acorda sem. Ela falou que recebe na Defensoria Pública de Pernambuco várias demandas do consumidor sobre estes temas, todo consumidor não é idoso, mas todo idoso é consumidor. Disse que também participa com o pessoal da BRAZ local e tem também tem uma outra preocupação com essa questão da demência, esse cuidado e esse olhar diferenciado, porque o idoso hoje ele é muitas vezes lesado, e muitas vezes é pela própria família.

Leandre Dal Ponte (Dep. Federal/PV/PR) Falou que vai precisar da AMPID para fazer alguns encaminhamentos a respeito do seguro da SUSEP. Sobre a questão da criação de conselhos, ela sugeriu elaboração de iniciativas que crie conselhos em todas as cidades brasileiras, envolvendo o Ministério Público, Conselho estadual do Idoso e mais uma instância federal. O prefeito olha com outros olhos, pois ficam todos envolvidos na capacitação, tanto para os vereadores, quanto para os conselheiros para que eles participem diretamente na elaboração dos planos plurianuais, dos planos de diretrizes e dos planos orçamento. Está tramitando o projeto para alterar a doação do Imposto de Renda da pessoa física e jurídica para o FNI, com destinação direta na declaração de IR. Com a criação dos Fundos Municipais teremos a possibilidade de incentivar as doações ainda mais, pois os cidadãos poderão acompanhar os projetos com o recurso de sua doação dentro do seu município. Sobre a questão do projeto de demência, ela sugeriu que fosse marcada uma conversa, para entender melhor a proposta. Ela falou que não sabia que existia esse trabalho em andamento, e que acha que é importante, mas precisa se aprofundar, para ver no que consegue contribuir. Ela agradeceu e pediu para terminar a fala de maneira mais agradável e mais feliz, citando um poema. Dizia o poeta Millôr Fernandes o seguinte que: *“A infância não, a infância dura pouco, a juventude não, a juventude é passageira, a velhice sim, essa é pra vida inteira”*.

A conselheira **Tereza Lins** (ANG Brasil) leu uma Nota de Esclarecimento com relação ao Prêmio de Direitos Humanos 2016, e pediu que ficasse registrada e anexada em ata.

Ana Lúcia da Silva (Coordenadora-Geral do CNDI) falou que o Prêmio de Direitos Humanos 2016 foi efetuado através de Edital Público para que todos tivessem conhecimento do processo. O CNDI não organizou inscrição de nenhuma indicação, ou pelo menos a Coordenação Geral não recebeu de nenhum membro do CNDI pedido para que pudesse fazer campanha para qualquer pessoa que fosse. E mesmo que tivesse pedido, teria que passar

antes pelo plenário. O Prêmio é um processo de indicação espontânea, onde pode existir a indicação de terceiros ou a própria auto indicação.

A conselheira **Tereza Lins** (ANG Brasil) falou que a questão não é essa, ela não trouxe essa Nota para debater isso, porque isso é muito claro. Ela disse que no dia 10, entrou em contato com o presidente do CNDI e ele disse que existia, e perguntou qual é a posição, indique que ele falaria com a Ana Lucia, foi esperada a resposta até o dia 21, e não teve. Isso foi baseado em cima do que foi realizado o ano passado, se mandou um e-mail, se reuniu, e saiu o nome. Então ela supôs que esse ano teria esse mesmo entendimento. Comentou que em momento algum, foi dito que o CNDI indicou alguém, a Nota não diz isso, diz é que houve um procedimento e que foi constrangedor ter duas conselheiras do CNDI concorrendo.

O presidente do Conselho, **Luiz Legnãni** (COBAP) informou que foi aprovado o investimento de R\$ 15.000.00,00 (quinze milhões de reais) para financiar projetos complementares para política pública voltadas para o envelhecimento das pessoas idosas, será efetuado através de Edital de Chamada Pública com recursos do Fundo Nacional do Idoso. Falou que foi impresso 15.000 (quinze mil) copias do Estatuto do Idoso e 5.000 (cinco mil) da cartilha “Quer um Conselho?”, com as informações sobre a política da pessoa idosa. Devido a demanda, foi pedido a impressão de mais 10.000 (dez mil), pois o que foi impresso anteriormente, não supriu a necessidade dos conselhos municipais e estaduais. Foi divulgada pela SEDH uma mensagem no dia Internacional do Idoso, 01.10.2016, em nome do presidente do conselho e será apresentado relatório de gestão do biênio 2014-2016.